Revista Petrus

Edição 45 - Nov/Dez - 2020

FELIZ ANO NOVO?

O QUE ESPERAR DE 2021

SISTEMA COMPLETO PARA ARLA 32

TANQUE ECOLÓGICO DUPLA PAREDE

Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.

- Capacidade de 3.000 ou 5.000 litros;
- Sistema de monitoramento contínuo;
- Tubo de sucção de 1'' com válvula;
- Dispositivo de descarga selada de 2'' em inox;
- Terminal de respiro 2'';
- Boca de Visita 20";
- Suporte e régua de medição de 2,50 metros;
- Flange de 6'' para bomba submersa;
- Base para motobomba de ARLA 32;
- Cores branco ou cinza.

Boca de Visita

Terminal de respiro

Tanque em PEAD. Resistente a sol e chuva.

Dispositivo de Descarga Selada em Inox

Suporte para régua de medição

Tubulação de saída

Contenção Metálica

Sistema de Monitoramento Contínuo

MEDIDAS

- **3.000 litros**

c2400xh2150xL900mm

- **5.000 litros**

c2600xh2500xL900mm

OPCIONAIS

- Medidor de volume do tanque digital NKL;
- Bomba submersa para bombeamento do ARLA 32;
- Motobomba para sucção de ARLA 32;
- Bomba ou dispenser comercial para ARLA 32 de 1 ou 2 bicos;
- Estação de abastecimento com medidor digital.
- Filtro para Absorção de partículas e Arla 32 cristalizada.

WWW.LCEQUIPAMENTOS.COM

Revista Petrus

Publicação bimestral dirigida aos segmentos de postos revendedores, mercado de lubrificantes, distribuidoras de combustíveis, empresas de transporte, usinas e demais empresas que consomem combustíveis e seus correlatos.

As opiniões dos artigos assinados e dos entrevistados não refletem a opinião da **Revista Petrus**.

Jornalista Responsável
Ana Azevedo MtB 22.242

Redação
Stefanie Crivelari (Jornalista)
Karine Seimoha (Jornalista)
José Gustavo Filgueiras (Estagiário)
Larissa Guiguer (Estagiária)

Departamento Comercial
Mauro Mello

Diagramação
Claudete Azevedo
Jotac.com.br

Redação, Administração e Circulação

AZM COMUNICAÇÕES E EVENTOS

Rua Raul Pompeia, 433 cj 12
Vila Pompéia – São Paulo – SP
Cep: 05025-010

e-mail:
redação@revistapetrus.com.br
comercial@revistapetrus.com.br

site: www.revistapetrus.com.br

Redes Sociais

EDITORIAL

A Revista Petrus está ganhando uma versão digital. A partir de agora, a cada dois meses você terá acesso a um novo conteúdo elaborado especialmente para esta publicação, além de continuar contando com os boletins semanais e com as entrevistas no nosso Canal no Youtube.

Dessa forma ampliamos nossos canais de Comunicação, sempre procurando levar ao empresário do setor de combustíveis, informação selecionada sobre produtos, serviços, tecnologias, legislações e tudo mais que possa impactar o mercado ou negócio.

Estamos abertos a receber sugestões de pauta. Se você tem alguma dúvida, quer debater sobre algum tema, mande seu e-mail ou whatsApp. Para receber a revista entre no site www.revistapetrus.com.br e cadastre-se.

Boa leitura

O Editor

ÍNDICE

CAPA O que esperar de 2021? A expectativa para o mercado de combustíveis

04 **Como fica** o 13º salário na pademia

06 **Energia Renovável:** economia que vem do sol

08 **Postos Independentes:** como a pandemia afetou o setor

13 **Operação Olhos de Lince** Ipem/SP realiza fiscalização

14 **LGPD** entenda o que muda para sua empresa

16 **Abastece Brasil:** as mudanças na comercializado do biodiesel

CELSO DAVÍ RODRIGUES
Advogado Trabalhista*

COMO FICA

O **13º SALÁRIO** POR CONTA DA PANDEMIA?

Em razão da pandemia e da MP 937 e Lei 14.020/2020, algumas dúvidas surgiram na forma de calcular e pagar o 13º salário, por conta dos acordos de redução de jornada de trabalho e salário e da suspensão do contrato de trabalho que buscaremos esclarecer, sem que tenhamos a pretensão de esgotar o assunto.

Os dispositivos legais que tratam do 13º salário ou gratificação natalina, são a Lei nº. 4.090/62 e alterações da Lei nº. 4.749/65 e Decreto nº. 57.155/65. De acordo com a legislação vigente, o empregado terá direito a 1/12 do 13º salário por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 dias no mês e a remuneração.

» ACORDO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO

No acordo de redução de jornada de trabalho e salário, o empregado continua com sua jornada de trabalho diária, tendo esta reduzida em 25, 50 ou 70%, ou seja, sendo o limite diário de 8 horas, com a redução ela passará a ser de 2,40, 4, ou 6 horas diárias.

Na prática o empregador, em regra, juntamente com a redução da jornada de trabalho, realizou a compensação de maneira que o empregado cumprisse sua jornada de trabalho normal em alguns dias da semana e folgasse em outros. Exemplo: com a redução da jornada de trabalho em 50%, o empregado em vez de vir todos os dias para cumprir meia jornada, em acordo com o empregador ele trabalha dia sim, dia não, mantendo a jornada de trabalho mensal reduzida pela metade. Essa forma de trabalho e jornada não deve ser levada em consideração para calcular o número de avos do 13º salário, pois as folgas se dão por conta do acordo de compensação de horas.

Com essa modalidade, o empregado terá computado para o 13º salário o período do acordo.

» ACORDO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Em se tratando do acordo para suspensão do contrato de trabalho, o empregado tem seu contrato suspenso, deixando de prestar serviços ao empregador e de receber a remuneração devida.

Ainda que o empregado receba ajuda compensatória mensal equivalente a 30% de seu salario mensal, o período de vigência do acordo não será computado como trabalhado. Neste caso o empregado deixa de trabalhar pelo menos 15 dias no mês, não terá o computo do 13º salário.

A suspensão de contrato resulta no pagamento proporcional do 13º salario, sendo pagos apenas sobre os meses trabalhados integralmente ou que tenha trabalhado por 15 dias ou mais no mês. Exemplo: o empregado tem a suspensão do contrato de trabalho por 180 dias, a contar de 1º de abril de 2020, retornando às atividades em 28 de setembro. Por conta da suspensão terá direito apenas aos avos de janeiro a março e de outubro a dezembro, totalizando 6/12 de 13º. salário.

Podemos compreender que a diferença entre os acordos de redução de jornada de trabalho e suspensão do contrato, quanto ao tempo de prestação de serviços é significativo, vez que no primeiro caso o empregado receberá a gratificação natalina integralmente e no segundo, apenas pelos meses que trabalhou efetivamente.

» REMUNERAÇÃO

Outra dúvida é a remuneração que deverá ser levada em consideração para o pagamento do 13º salário e para isso precisamos recorrer novamente à normativa que o regula e da CLT, em seu artigo 457, "caput" e parágrafo 1º.

A gratificação salarial deverá ser paga com base na remuneração do mês do pagamento. Entendemos remuneração como o salario fixo, as comissões, gorjetas e gratificações legais.

» DESINFORMAÇÃO

Temos acompanhado diversos canais de comunicação informando que o Governo Federal, por meio do Ministério da Economia ou da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho divulgaria orientação sobre a forma de pagamento da Gratificação de Natal, ocorre que qualquer alteração somente poderá ser levada a efeito se vier por Lei Ordinária, não podendo ser utilizada Portaria, Instrução Normativa, Nota Técnica ou qualquer outro instituto. O motivo se dá porque somente uma Lei tem força para alterar outra em sua totalidade ou parcialmente.

Ratificando nosso entendimento, a Nota Técnica SEI N° 51.520, trouxe uma leitura da normativa trabalhista, sem buscar modifica-la ou dar uma interpretação que viesse a conflitar com a legislação vigente.

*Celso Daví Rodrigues
Advogado com especialização em Direito do Trabalho

BRASIL

POTÊNCIA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS

Você já parou para pensar em energia? Em tempos de crise é comum encontrar empresas preocupadas com a gestão dos gastos. O que muitos empresários não prestam atenção é quanto poderia ser economizado com um pouco mais de atenção às fontes de energia utilizadas nas empresas e até nas residências.

Segundo a Global Energy Statistical Yearbook de 2019, o Brasil está em terceiro lugar no ranking mundial de produção de energias renováveis com 82,5%, perdendo somente para Nova Zelândia e Noruega com 83,1% e 97,9% respectivamente. Apesar destes números, um pouco mais da metade da geração de energia utilizada no país é proveniente de usinas hidrelétricas, o que gera um debate ecológico sobre suas construções.

"Somos o terceiro país com maior produção de energia renovável no mundo, isso não existe em nenhum outro país de dimensões continentais. Para compararmos, a Europa possui, em média, menos da metade de sua energia em fonte renovável e os Estados Unidos menos de 11%. Embora sejam porcentagens excelentes, a matriz energética brasileira ainda é dominada pelas hidrelétricas e para sustentar a crescente demanda que temos, outras fontes de energia limpa, como a solar, deverão ser mais representativas", explica Paula Flórido, diretora de Marketing do Grupo Luminae Energia.

A captação de energia solar pode ser obtida por painéis fotovoltaicos ou por meio de aquecedores solares. "A energia fotovoltaica converte a luz solar em energia térmica e elétrica por meio de reações químico-físicas em um arranjo de células de silício devidamente construídas para essa finalidade, gerando uma corrente elétrica. Essa corrente após passar pelo Inversor Fotovoltaico se transforma na energia que consumimos diretamente em nossos aparelhos", explica Bruno Francez, Head de Solar do Grupo Luminae Energia.

Os aquecedores solares geram somente energia térmica. A energia captada pelos coletores solares aquece a água que pode ser armazenada em reservatórios. "A energia solar térmica tem eficiência média de 60%, sendo mais indicada para o aquecimento de água. Importante ressaltar que a água armazenada pode ser utilizada posteriormente, mesmo em períodos sem energia elétrica", completa Danielle Johann, diretora Executiva da Abrasol (Associação Brasileira de Energia Solar Térmica), que representa os fabricantes de aquecedores solares.

Luis Pires

Bruno Francez

Ambas tecnologias podem ser utilizadas e instaladas em qualquer ambiente, seja residencial, comercial ou industrial. Entretanto, para os painéis fotovoltaicos instalados em telhados é necessária uma avaliação e a emissão de laudo técnico referente à estrutura pré-existente. "Grande parte das instalações aproveitam os telhados de seus clientes para uma produção de energia que chamamos de "junta a carga", isentando o cliente não só da economia direta de energia, como de alguns impostos inerentes à nossa tarifa de energia com as distribuidoras", comenta Luis Pires, diretor comercial do Grupo Luminae Energia.

Segundo Bruno Francez, o Brasil tem um excelente caminho traçado na diversificação da matriz energética, enxergando que o assunto não se limita, exclusivamente, a utilizar uma energia renovável, "vivemos grandes racionamentos de água nos últimos anos e ainda não recuperamos a plena capacidade dos nossos reservatórios. Caso se confirme um cenário de recuperação econômica um pouco mais firme poderemos ter falta de energia no mercado e dificuldade no controle de água versus energia. Então usinas híbridas e solares serão cada vez mais comuns em nosso dia a dia", completa.

Paula Flórido

Danielle Johann

Crise no Amapá

A crise no abastecimento de energia elétrica no Amapá deixou muitos estragos. Para Luiz Pires o fato de o estado ter apenas uma linha de transmissão de energia e uma única fonte de abastecimento já é um risco. "Pensar no planejamento energético levando em conta critérios de sustentabilidade, disponibilidade local e fontes alternativas é muito importante para as regiões. Uma ação prioritária seria obter energia através de outras fontes e estudar os impactos no ambiente e pensar em ações sustentáveis. O estado possui alto potencial para energia fotovoltaica como eólica", ressalta.

Pós pandemia

Tanto a Abrasol, quanto o Grupo Luminae Energia acreditam em um cenário pós pandemia otimista. A eficiência energética e fontes renováveis de energia serão cada vez mais importantes na aceleração deste crescimento. "O mercado de energia solar em 2020 já superou o desempenho do ano anterior. Com os custos financeiros mais altos e a retomada industrial, há uma sinalização na relação de oferta e demanda, e esse movimento é extremamente positivo para a ampliação de parques de energias renováveis no Brasil. Sendo assim, as perspectivas para 2021 serão de novos recordes de conexão", explica Paula Flórido.

Danielle Johann já enxerga uma reação positiva na economia, que deverá ser mais significativa no próximo ano, o que incrementará o consumo de energia. Ela ainda reforça que a energia solar térmica é uma opção indispensável, que além de melhorar o conforto do consumidor, é capaz de garantir uma redução de custos com energia elétrica. "Investir na energia solar térmica, é garantir uma energia renovável e fortalecer a indústria nacional, assegurando empregos e inserindo o país em um seleto grupo que pensa e age em prol da proteção ao meio ambiente", completa.

POSTOS

INDEPENDENTES E OS IMPACTOS DA CRISE

As crises sempre afetam de forma mais acentuada as classes menos favorecidas. Com a pandemia da Covid-19 não foi diferente. A paralisação das atividades atingiu de forma diferente as empresas. No caso dos postos de combustíveis de bandeira independente, os impactos foram bastante significativos, explica o vice-presidente da Associação Nacional dos Postos de Bandeira Independente (ANAPOBIN), ***Luís Antônio Hahn.***

Segundo Luís Antonio Hahn essa é a categoria que vem sendo mais afetada neste cenário de pandemia, por ser formada por empreendimentos predominantemente de menor aporte financeiro. "A crise gerou queda nas vendas e passou a exigir muito mais de cada estabelecimento em condições normais. As vantagens do bandeira branca nessas circunstâncias foram diminuídas, ainda que, no nosso entender, continue sendo um nicho importante do mercado de combustíveis".

No acumulado do ano, de acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), embora as vendas estejam se recuperando, os números para o setor em 2020 ainda são negativos: no acumulado do ano, em setembro, as vendas caíram 9,1%. Contudo, as projeções para 2021 apresentam um cenário melhor – sobretudo, com a perspectiva da vacinação da população contra a Covid-19 e a retomada da vida pré-pandêmica, que certamente deve promover a recuperação da economia.

» Perspectivas para 2021

Além disso, de acordo com Hahn, a Associação vem planejando uma série de ações para atender melhor os revendedores independentes do Brasil e servir como entidade representativa do segmento. O objetivo, de acordo com o vice- presidente, é que a Anapobin seja um local onde os empresários independentes possam buscar apoio, nas mais diversas áreas, para poder desempenhar suas atividades com maior poder de competição num mercado distorcido e cada vez mais acirrado.

"Para tanto, estamos trabalhando no planejamento estratégico da Entidade para atender os nossos objetivos em 2021 e nos próximos cinco anos.

A Anapobin, assim, espera cumprir com o seu papel e sua missão que é o de promover e contribuir para a regulação do mercado dos postos independentes no Brasil", explicou.

» A Anapobin

Criada em 2006 no Rio Grande do Sul, a Anapobin tem como principal objetivo "divulgar entre os quase 19 mil postos independentes do Brasil as oportunidades de negócios que podem existir pela formação de Redes de Cooperação".

"Dos 41 mil postos de combustíveis existentes hoje no país, 46% deles são independentes, ou seja, mais de 19 mil postos bandeira branca, quase o dobro da segunda maior rede de postos existente. Se considerarmos que em cada posto trabalham no mínimo 14 pessoas, teremos 215.600 empregos diretos e, por certo, um milhão de pessoas vivendo dos frutos deste comércio essencial e estratégico para a nação", comentou o vice-presidente.

Além disso, Hahn também explicou que somente farão parte da Rede de Cooperação, os empresários que tem como dogma e missão o exato cumprimento da lei e da ordem, da concorrência leal, do zelo pela proteção incondicional do meio ambiente, dos bons costumes, do pagamento dos impostos e da cooperação com as autoridades constituídas.

Dentre as principais missões da instituição estão:

- **Defender** e proteger os postos de Bandeira Independente;
- **Evitar** que os postos de bandeira independente entrem na clandestinidade e resgatar os que estiverem nessa situação;
- **Esclarecer** dúvidas, orientar, treinar, fornecer a legislação em vigor e indicar caminhos a serem percorridos pelo setor;
- **Buscar** junto às autoridades constituídas, o apoio à classe;
- **Obter** apoio do Poder Legislativo para modernizar as leis do setor;
- **Servir** de porta-voz da categoria junto às autoridades e aos órgãos reguladores tais como: ANP, órgãos de defesa do consumidor e às de meio ambiente;
- **Falar** sobre os fornecedores e parceiros já contatados sobre reduções de custos obtidas através da negociação em conjunto, e não isoladamente como o fazem atualmente.

FELIZ

O ano de 2020 está chegando ao fim carregando uma pergunta importante: o que esperar de 2021? Depois de um longo período de retração provocado pela pandemia da Codiv-19, a retomada parecia começar a engrenar, quando os números de casos voltaram a crescer e o risco de um novo "lockdown" passou a assombrar o mercado.

De acordo com o monitoramento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicado através dos "Paineis Dinâmicos", a pandemia influenciou toda a atividade econômica e social do país. No caso dos combustíveis a queda de vendas e o maior atraso na retomada do comércio afetou mais os combustíveis do "ciclo otto", ou seja, a gasolina "C" e o etanol hidratado. Esses produtos têm uma relação direta com a renda das famílias e a sua mobilidade urbana, as quais sofreram fortes restrições na pandemia. Situação que pode voltar a acontecer se tivermos uma "segunda onda".

O superintendente de Fiscalização do Abastecimento da ANP, Francisco Nelson Castro Neves, ressalta que a pandemia da Covid-19 é a maior crise de saúde pública da história recente da humanidade e ainda em curso, com forte repercussão no Brasil. Atenta às recomendações do Ministério da Saúde, a fiscalização da Agência manteve, em todo o primeiro semestre de 2020, ampla agenda de trabalho, com parte importante dos servidores "atuando e demonstrando grande compromisso público, num momento de dificuldades e elevado risco para o trabalho em campo."

ANO NOVO?

O QUE ESPERAR DE 2021?

As vendas de gasolina C, nos primeiros seis meses de 2020, somaram 16,5 milhões de metros cúbicos (Mm^3), o que representou uma queda de 10,98% em relação ao verificado no mesmo período de 2019. Para o etanol hidratado combustível foi registrada uma queda de 16,70% (8,9 Mm3), enquanto para o óleo diesel B o recuo foi de 2,57% (26,72 Mm^3). De forma agrupada, no mercado nacional, houve uma queda de 8,67% (61,6 Mm^3) nas vendas dos principais combustíveis (etanol anidro, etanol hidratado, gasolina C, gasolina de aviação, GLP, óleo combustível, óleo diesel, querosene de aviação e querosene iluminante).

O GLP (gás liquefeito do petróleo, conhecido como "gás de cozinha"), produto de amplo uso doméstico, apresentou, no acumulado do primeiro semestre, aumento considerável nas vendas, de aproximadamente 8% (5,0 Mm^3) em relação ao mesmo período de 2019, especialmente no que diz respeito ao P-13 (botijão de 13 kg). Esse acréscimo está associado à mudança de hábito da população brasileira que, com a crise da Covid-19, intensificou o uso do produto nas residências para a cocção. O referido crescimento do consumo rompe uma tendência histórica de estagnação nas vendas do GLP e surpreendeu a indústria, gerando dificuldade no abastecimento do GLP P-13 na segunda quinzena de março e durante grande parte do mês de abril, especialmente no Estado de São Paulo.

Francisco Nelson ressalta que ao longo do primeiro semestre de 2020 a ANP esteve presente em todo o país, atuando com vistas ao suprimento nacional de combustíveis, a qualidade dos produtos comercializados e razoabilidade dos preços praticados. Foram realizadas 7.434 ações de fiscalização, que geraram 1.161 autos de infração, 247 autos de interdições de instalações e 41 autos de apreensão de bens/produtos. Nesse período às ações de fiscalização com maiores impactos foram voltadas ao setor de GLP (em 27 bases de distribuição e cinco centros de destrocas) e ao mercado de óleo diesel B (atuação fiscal em 88 instalações de distribuição de combustíveis) com o intuito de verificar a regularidade do abastecimento e a conformidade na adição de biodiesel ao diesel.

Além das ações de fiscalização in loco, a ANP – SFI - desenvolveu "grande esforço de aperfeiçoamento digital, nos processos internos e nas ferramentas de estudos do mercado, proporcionando ganhos significativos nos tratamentos de dados, com relevância na qualificação do trabalho de planejamento da fiscalização e na divulgação de informações," comenta.

Tal ação permitiu a publicação no portal da Agência, a partir de uma ferramenta de business intelligence (BI), o Painel Dinâmico da Fiscalização do Abastecimento, que apresenta de forma interativa e detalhada os resultados das ações de fiscalização. "A expectativa é que todo o esforço da ANP na melhoria do ambiente digital resulte em aumento significativo da produtividade do trabalho no serviço público, de acompanhamento e controle do mercado de combustíveis, com resultados também na qualidade dessas ações da fiscalização."

›››

FRANCISO NELSON

Superintendente de Fiscalização do Abastecimento da ANP

» PRINCIPAIS IRREGULARIDADES

Para controlar o que acontece no mercado, a ANP trabalha com duas ferramentas de acompanhamento e controle do mercado no varejo, na ponta da cadeia produtiva, o programa de monitoramento da qualidade dos combustíveis e a fiscalização do mercado, de natureza coercitiva.

O superintendente explica que as principais irregularidades existentes no mercado de combustíveis do Brasil, que atingem diretamente os consumidores, com difícil reparação, são o "vício de qualidade" dos produtos e o "vício de quantidade" nos serviços de medição dos combustíveis comercializados. "Nem todas essas irregularidades encontradas pela fiscalização da ANP podem ser caracterizadas como fraudes, parte delas estão associadas às falhas administrativas relativas aos procedimentos de controle de qualidade dos produtos, das instalações e equipamentos. Todas as irregularidades encontradas pela fiscalização da ANP, em todo o Brasil, independentemente de ser fraude ou não, relacionas a "vício de qualidade" e "vício de quantidade" são encaminhas formalmente ao Ministério Público para apuração de eventual crime."

» O QUE ESPERAR DE 2021?

Recentemente em entrevista para o Canal da Revista Petrus no YouTube, o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, falou sobre a expectativa do mercado para os próximos anos. Segundo ele, as mudanças no modelo regulatório pensadas pelo governo, podem esbarrar em problemas de infraestrutura.

Miranda argumenta que a infraestrutura brasileira é muito precária no setor de petróleo, principalmente comparada com os demais países. Ele destacou a questão dos polidutos, a falta de ferrovias, dentre outros. "Como uma Refinaria, depois de privatizada, vai fazer para competir dentro de um mercado que a logística é deficiente. Nos Estados Unidos, uma Refinaria de um estado consegue competir com a de outro estado. No Brasil isso é impossível. Essas Refinarias vão ficar isoladas e serão criados monopólios privados."

A discussão sobre a abertura do mercado acabou prejudicada com a pandemia, mas o tema continua caminhando de alguma forma. Assim como a orientação sobre combustíveis, como o biodiesel e o diesel verde. O superintendente da ANP diz que está em curso na Agência uma forte Agenda Regulatória, que atende às orientações estabelecidas pela Diretória da ANP e pelo Conselho Nacional de Política Energética. "As regras de governança no serviço público federal é quem impõem o ritmo das mudanças formais das normas."

Para Nelson, o chamado "diesel verde", que é um novo biocombustível, produzido por diferentes rotas tecnológicas, sendo a mais conhecida a HVO (hidrotratamento de óleo vegetal e animal), e que dá origem a um produto quimicamente semelhante ao óleo diesel fóssil, está com sua especificação em curso na Agência. "Já foram realizadas consulta e audiência públicas, com grande participação da sociedade. A entrada de um novo produto no mercado de forma a complementar a oferta de biocombustíveis é positiva, reflete o amadurecimento da indústria de biocombustíveis no país, diversifica e amplia a oferta de produtos, com alternativas maiores para os consumidores", acredita.

Já do ponto de vista de mercado, ainda existe uma grande interrogação. Com o agravamento da pandemia é certo que muitas famílias desistiram das viagens de final de ano, o que deverá refletir diretamente na venda de combustíveis na bomba. Se houver um lockdown, mais uma vez haverá queda no consumo. Como tudo isso será sentido no restante da cadeia? Fica a pergunta.

IPEM-SP

MANTÉM FISCALIZAÇÃO APESAR DA PANDEMIA

De janeiro até outubro deste ano, o Ipem-SP, durante fiscalização de rotina nos 645 municípios que compõem o Estado de São Paulo, fiscalizou 5.377 postos de combustíveis, verificou 86.342 bombas de combustível, sendo 5.442 reprovadas. No combate às fraudes, o Ipem-SP realiza a Operação Olhos de Lince. No mesmo período, de janeiro a outubro, as equipes fiscalizaram 341 postos de combustíveis, verificaram 5.445 bombas de combustíveis sendo 920 reprovadas.

Segundo o órgão, mesmo com a pandemia, o trabalho continuou a ser feito. "Continuamos intensificando a fiscalização de rotina nos postos de combustíveis e fechando o cerco contra os fraudadores por meio da Operação Especial Olhos de Lince, ou seja, não paramos durante a pandemia. Nosso objetivo é o combate às irregularidades em postos de combustíveis, com a finalidade de proteger o cidadão e aqueles que comercializam dentro das regras", explica o superintendente do Ipem-SP, Ricardo Gambaroni.

Dentre as irregularidades mais frequentes estão o plano de selagem da bomba de combustível violada, e componentes suspeitos nos equipamentos. "Nossas equipes continuam trabalhando na defesa do consumidor e do empresário que trabalha de maneira correta, ao fecharmos de todas as maneiras possíveis o cerco contra os fraudadores."

Gambaroni afirma que o Ipem-SP realiza um serviço de inteligência ao cruzar informações, inclusive, por meio das denúncias recebidas pela Ouvidoria. "Nossas equipes continuam a todo vapor no Estado de São Paulo. Temos as 14 regionais no interior e as quatro da capital que não pararam inclusive, neste período da pandemia."

Ricardo Gambaroni
Superintendente do Ipem-SP

LGPD

AS **ADAPTAÇÕES** E SUA EMPRESA

CLAUDIA MARQUES
Advogada Trabalhista

"O ideal é ter um profissional designado e com conhecimento técnico em proteção de dados pessoais."

Após muitas discussões, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em setembro. Desde então, as empresas têm se questionado sobre as adaptações que serão necessárias para estarem de acordo com a nova legislação. Para a advogada Trabalhista Cláudia Marques, "a lei tem por objetivo aumentar os direitos dos cidadãos em relação à maneira como seus dados estão sendo utilizados".

A LGPD traz inúmeras garantias às pessoas e estabelece o que são dados pessoais e sensíveis, que ao serem tratados, em meios físicos ou digitais, estarão sujeitos à regulamentação. "Para tratar os dados de qualquer usuário será necessário obter seu consentimento, exceto quando houver uma obrigação legal."

Além disso, a lei garante que o cidadão pode solicitar a exclusão dos seus dados, revogar um consentimento, transferir dados para outro fornecedor de serviços, dentre outras ações descritas. Já a empresa deve avaliar a finalidade e a necessidade de armazenar os dados, que devem ser previamente acertados e informados aos titulares. "A nova legislação se aplica tanto para pessoa jurídica como para pessoa física, empresa privada ou pública, que trate de dados pessoais como: coleta; armazenamento, compartilhamento; exclusão, dentre outros", explica a advogada.

Porém, há algumas exceções as quais a LGPD não se aplica. Isso acontece quando o processamento de dados for realizado para fins estritamente profissionais, exclusivamente para fins jornalísticos, artísticos, literários ou acadêmicos, além de segurança nacional, defesa nacional, segurança pública, investigação criminal ou punição.

Cláudia alerta ainda que a empresa precisa se certificar que a coleta de dados está sendo feita da maneira correta. "O ideal é ter um profissional designado e com conhecimento técnico em proteção de dados pessoais para cuidar da comunicação entre os titulares e a autoridade nacional, que irá regular e fiscalizar a aplicação da lei", ressalta.

A lei garante ainda que o cidadão tenha acesso facilitado aos seus dados, além do direito a ações, como consulta ao que a empresa possui, finalidade e tratamento. "Quando o titular acionar a empresa solicitando alguma ação, ela deverá responder em até 15 dias, contando da data do requerimento. O não cumprimento da lei poderá gerar uma multa de até 2% do faturamento anual, limitado até R$ 50 milhões", afirma Cláudia.

Outra recomendação é manter ferramentas adequadas para o armazenamento e tratamentos dos dados, verificar se o banco possui níveis de proteção adequados, além de conhecer o caminho percorrido dentro da empresa, a fim de evitar qualquer vazamento.

O BIODIESEL

E O NOVO CENÁRIO DO DOWNSTREAM

JULIO CESAR MINELLI

Diretor Superintendente da Aprobio

"Temos trabalhado para ajudar o governo a encontrar o melhor caminho para essa situação."

No dia 11 de novembro várias entidades participaram de uma reunião promovida pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para discutir aspectos levantados pelas Associações do Setor sobre o Relatório do Subcomitê Novo Cenário Downstream – Comercialização de Biodiesel do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) do Programa Abastece Brasil, que abordou mudanças no Sistema de Comercialização de Biodiesel.

Para o diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), Julio Cesar Minelli, o movimento da Petrobras para reduzir em 50% sua participação no parque de refino demanda uma reavaliação e reorganização de todo o mercado dos derivados de petróleo, o que inclui mudanças no sistema de comercialização de biodiesel. "Temos trabalhado para ajudar o governo a encontrar o melhor caminho para essa situação. Sempre fomos favoráveis à manutenção dos leilões, mas estamos com a cabeça aberta para dialogar e encontrar outras alternativas", afirma.

Minelli acredita que a direção apontada pelo governo traz impactos que necessitam ser equacionados e que estes pontos já foram colocados para a equipe de estudo do Ministério de Minas e Energia. "José Mauro, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, anunciou que vamos ter todo ano de 2021 para construirmos juntos a regulamentação do sistema e partir para a operação em 2022."

Dentro do programa Abastece Brasil, que estuda o novo cenário para o mercado de derivados, "downstream" o Comitê Técnico Integrado estudou a comercialização do biodiesel em um Subcomitê, que recentemente apresentou um relatório onde abordou as mudanças no Sistema de Comercialização de Biodiesel. "As Associações prepararam um documento com os principais pontos de preocupação do setor em relação ao relatório publicado, que foi entregue no dia 14 de outubro pessoalmente para o secretário José Mauro Ferreira. É importante contemplar aspectos sobre tributos, fiscalização, estoque e ambiente concorrencial entre outros temas."

Conforme solicitado pelas entidades, as discussões contam também com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Economia, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). "As considerações do setor foram avaliadas em reunião do CT-CB do Abastece Brasil, cujo resultado ainda não conhecemos. A indicação do MME é de que seja levada ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma proposta de resolução com as diretrizes de Política Energética no Novo Cenário Downstream e que dê à ANP elementos para definir, detalhar e regulamentar um novo modelo de comercialização ao longo do próximo ano para implantação do sistema em janeiro de 2022", explica.

Quanto ao crescente número de reclamações do setor em relação aos problemas causados pela adição do biodiesel ao óleo diesel, Minelli diz que é preciso colocar esta questão numa dimensão mais clara com uma visão para toda a cadeia. "O Brasil produz hoje um biodiesel com especificações em alguns aspectos mais restritivas que as de outros países, o que o torna um dos melhores biocombustíveis do mundo e constantemente anunciamos avanços em nosso sistema de qualidade. As exigências de controle de qualidade e qualificação dos laboratórios que certificam o produto seguem os mais altos padrões, sem paralelo nos demais combustíveis e biocombustíveis comercializados."

Acreditamos que o país tem todo potencial de seguir aumentando os percentuais de mistura (B20)

Ele diz que os produtores garantem, assim, a qualidade do produto que sai da usina, mas, por outro lado, é muito importante certificar toda a cadeia para que o biodiesel não seja considerado responsável por eventuais contaminações que possam ocorrer na sequência. "Estamos aguardando a convocação para o Workshop de Qualidade proposto pelo MME para discutirmos a questão da qualidade em toda a cadeia. Não adianta nossas empresas produzirem o melhor biocombustível do mundo e essa qualidade não chegar até o cliente."

Em maio a Aprobio apresentou à ANP uma série de propostas de aprimoramento para a especificação do biodiesel produzido no país com a devida atualização da Resolução ANP nº 45 de 25/08/2014. "Hoje a especificação do biodiesel no Brasil já é uma das mais rígidas do mundo, mas queremos aprimorar ainda mais essa qualidade, pois acreditamos que o país tem todo potencial de seguir aumentando os percentuais de mistura até no mínimo 20% (B20). A alteração solicitada para ANP sobre a especificação busca dar a segurança esperada pela indústria automotiva sobre eventual elemento que possa vir a reduzir a eficiência dos sistemas de controle de emissões, bem como minimizar qualquer adaptação que se faça necessária nesses sistemas. De qualquer forma, a imensa maioria das usinas já trabalha dentro dos requisitos dessa especificação."

Segundo a Associação, especialistas foram reunidos para discutir aprimoramentos na especificação do biocombustível com o objetivo de deixá-la aderente às demandas futuras considerando as novas exigências da próxima fase (P8) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), com início previsto para janeiro de 2023. Os especialistas que desenvolveram a proposta são profissionais que vivenciam a produção do biodiesel, com expertise nas atividades de controle e gerenciamento de processo e de produção, assim como representantes dos laboratórios de controle de qualidade e certificação do biodiesel em empresas que operam com diferentes materiais graxos e tecnologias de processos, somando conhecimento que representa praticamente todo o biodiesel produzido no país, garantem.

A Associação também lançou o Selo APROBIO de Qualidade (BIODIESEL SUPER A) e "estamos fazendo um trabalho com as nossas usinas para que todas sejam certificadas nesta referência o mais breve possível. Assim vamos melhorar ainda mais o que já é o melhor do mundo", finaliza.

CLUBE DE CONSELHEIROS

Faça parte do Clube de Conselheiros!
Venha debater assuntos inerentes às Empresas Familiares.

BENEFÍCIOS

- Networking
- Governança Corporativa
- Conselho Consultivo
- Valor para seu Negócio
- Compartilhamento de Experiências
- Conteúdo

QUEM PODE PARTICIPAR

Fundadores, Herdeiros e/ou Sucessores

REALIZAÇÃO

Ricca & Associados

Avenida Paulista, 2001 - 9º andar cj 922
Cerqueira César - São Paulo/SP - 01310-300
diretoria@empresafamiliar.com.br
contato@empresafamiliar.com.br
imprensa@empresafamiliar.com.br
tel.: +55 11 3284-5510

Módulo de abastecimento para diesel com bomba eletrônica e filtro de alta vazão.

ECOBRASIL@ECOBRASIL.IND.BR
11 2976-2976
11 97266-4238

Tampa com boca de visita galvanizada*

Tanque Jaquetado.

Os tanques jaquetados subterrâneos ecológicos ECOBRASIL são compostos por duas paredes. Entre elas há um espaço intersticial para a instalação do sensor eletrônico de monitoramento.

Tanque Ecológico Dupla Parede Para Arla 32.

Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.

ECOBRASIL®

tanques e reservatórios